

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
Núcleo de Estudos Avançados em Religião e Globalização (NEARG)

VII CICR CONGRESSO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO



A Religião entre
o espetáculo
e a intimidade

08 a 11 de abril de 2014
Goiânia-GO- Brasil



55 (62) 3946-1673
www.pucgoias.edu.br
vii.congressointernacional@gmail.com



Orgs.:

ALBERTO DA SILVA MOREIRA
CAROLINA TELES LEMOS
EDUARDO GUSMÃO DE QUADROS
ROSÂNGELA DA SILVA GOMES

**GT8: CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS FEMINISTAS PARA O ESTUDO DA
RELIGIÃO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

Coordenadoras

Dra. Anete Roese (PUC-MG) anete.roese@gmail.com

Dra. Carolina Teles Lemos (PUC-GO) cetelemos@uol.com.br

Dra. Sandra Duarte de Sousa (UMESP) sanduarte@uol.com.br

Dra. Fernanda Lemos (UFPB) somel_ad@yahoo.com.br

MATERNIDADE: O MITO DA ESCOLHA?

Adjany Simplicio de Castro – UFPB (adjany.simplicio@gmail.com)

Resumo

Muito vem se discutindo pelas Ciências Feministas acerca do direito à maternidade como uma escolha possível da mulher, assim como da construção histórica e social da figura maternal. Construção essa para cujo alicerce foi imprescindível a figura da mulher-mãe promovida por Maria, numa vertente católica, como um protótipo idealizado do feminino no qual destaca-se especialmente a pureza sexual e a maternidade. Tentando realizar um diálogo entre os dois campos de saber que circunscrevem o objeto em questão, o das Ciências Feministas e a da Religião, esse trabalho buscará, através de pesquisa bibliográfica, listar uma sinopse de elementos de promoção, incentivo e mitificação de uma maternidade idealizada analisando parte do discurso que a Igreja Católica teceu sobre as mulheres no papel materno. Espera-se que a partir dessa análise seja possível a ampliação dos repertórios argumentativos e interpretativos, visando a desconstrução do mito como imperativo na escolha pela maternidade, abrindo assim espaço para discussões que favoreçam epistemologicamente as reflexões pessoais e sociais implicadas por essa escolha.

INTRODUÇÃO

Quem nunca ouviu uma descrição irrepreensível de maternidade? Algo que poderia ser dito por qualquer pessoa que conhecemos, que ainda assim estaria repleta de significados particulares. Ou de uma forma geral, qual pessoa não foi marcada intensa e profundamente pela figura materna? Essa talvez seja a característica principal da maternidade, a palavra é universalizante e recobre de nebulosidade as nuances próprias dos conflitos dos sujeitos. Há algo de normativo na função materna, uma normatividade composta por uma lista de prescrições que atestam o que é ser mãe para todas e todos, mais ainda o que é ser uma boa e uma má mãe.

Embora a ideia de maternidade pareça ser naturalizada, a própria como a conhecemos é uma invenção recente. Elisabeth Badinter (1985, p.16) pergunta no prefácio do seu livro ‘Um amor conquistado: o mito do amor materno’: “Hoje, uma mulher pode desejar não ser mãe: trata-se de uma mulher normal que exerce a sua liberdade, ou de uma enferma no que concerne às normas da natureza?”

Essa comunicação objetiva realizar uma pesquisa bibliográfica, a qual consiste dos primeiros passos para a construção de uma pesquisa de mestrado. A pergunta supracitada é o ponto de partida para a investigação sobre como a maternidade se constitui ao longo da história; quais as possibilidades de escolha e negação da maternidade; quais as representações sociais da maternidade; qual o papel do discurso religioso na elaboração da imagem materna e que redes de dominação se constituem a partir da maternidade.

SER MÃE É PADECER NO PARAÍSO...

Andréia: Você pensa em carinho, é pouco. Parece que a palavra não consegue abranger tudo, sabe? ... Eu acho que toda mãe deve sentir isso “eu queria criar uma palavra nova pra definir completamente, ilimitadamente tudo o que eu sinto pela minha filha, o que eu sinto pelo meu filho”. Então eles falam muito isso “ah, você não conseguiu entender porque você não é mãe”. ... Então é por isso que eu escutei demais isso e hoje eu sei que realmente é assim.

Quem nunca ouviu uma descrição irrepreensível de maternidade? Essa definição para a maternidade da Andréia¹ (MOREIRA, 2010, p.532) poderia ser emitida por qualquer pessoa que conhecemos. Essa é a característica principal da maternidade, a palavra é universalizante e recobre de nebulosidade as nuances próprias dos conflitos dos sujeitos. Há algo de normativo na função materna, uma normatividade composta por uma lista de prescrições que atestam o que é ser mãe para todas e todos, mais ainda o que é ser uma boa e uma má mãe. Assim como parece ser natural aceitar essas prescrições como verdade.

No entanto a maternidade não foi composta do mesmo sentido em todas as épocas, aliás esse é um jovem termo na história das mulheres. Badinter, em 1980, questionava o atributo “feminino” da maternidade, e traçou um detalhado estudo para compreender sobre o amor materno concluindo que antes de ser considerado natural ele é um produto de determinada sociedade. Algo que não é o que *sempre* se compreendeu que tivesse sido.

O panorama histórico traçado por sua pesquisa torna compreensível que as formas de maternidade não foram as mesmas, nem quanto à atenção intensiva à criança, nem quanto ao tipo de criança a que se destinava, aliás, vemos a infância como outra grande novidade nesses termos. Ambos, maternidade e infância, se suportam, numa dependência simbólica recíproca.

“Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela.” (BADINTER, 1985,p.202)

Esta imagem de mãe que a Andréia tenta descrever, é a mesma que já devidamente aceita a partir do séc.XIX, continua a fazer parte da lista de determinações do que é ser mulher. Segundo Badinter, o conhecimento médico foi de extrema importância para cristalizar os cuidados da mãe para com seus filhos, pois

A nova mãe, que se sente responsável pela saúde do filho, não oculta sua ansiedade e pede mais conselhos e ajuda ao médico. A presença desse novo personagem no seio da família se faz sentir cada vez mais no século XIX. As obras de Gilibert, Raulin ou Buchan já não bastam para acalmar a angústia materna.

¹ nome fictício de uma das entrevistadas para a pesquisa sobre os repertórios interpretativos acerca da maternidade

Quer-se poder consultar a autoridade a domicílio. Os médicos aproveitaram a ocasião e concluíram tacitamente uma "aliança privilegiada" com a mãe. Adquiriram rapidamente uma considerável importância no seio da família e fizeram da mãe a sua interlocutora, sua assistente, sua enfermeira e sua executiva. (BADINTER, 1985, p.210)

A partir da adesão, paulatina, de mulheres, a essa nova maternidade *não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão* (BADINTER, 1985, p.211) e uma função sem descanso. Os filhos exigem proteção, cuidado e carinho integrais da maternidade, da mulher. As mulheres que primeiramente aderem à nova maternidade são aquelas pertencentes à burguesia. Nem aristocratas, nem pobres, segundo Badinter. Essa especificidade decorre de uma possibilidade lógica. Para ela, essas mulheres burguesas desejavam com a maternidade uma promoção social, a qual não era intencionada pela aristocracia nem vislumbrada pelas mulheres de classe empobrecida, visto que invariavelmente eram força de trabalho. A mudança de mentalidade promovera a ampliação do poderio materno, localizando-o no núcleo familiar, em substituição a autoridade paterna agora direcionada para o espaço público.

Segundo a autora, uma vez estabelecido que o amor maternal naturalizado, a psicanálise contribui para severizar essa norma ao elaborar que a felicidade dos filhos depende da dedicação de suas mães, do quanto elas são capazes de se sacrificar individualmente para a promoção da felicidade dos filhos.

Enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral. Foi essa, durante muito tempo, uma causa importante das dificuldades do trabalho feminino. A razão também do desprezo ou da piedade pelas mulheres que não tinham filhos, do opróbrio daquelas que não os queriam. (BADINTER, 1985, p.238)

E é esse ponto que particularmente interessa essa presente investigação. Badinter (1985, p.16) pergunta ao abrir seu livro: “Hoje, uma mulher pode desejar não ser mãe: trata-se de uma mulher normal que exerce a sua liberdade, ou de uma enferma no que concerne às normas da natureza?”

Sem nos determos em respondê-la imediatamente, é interessante articular outra argumentação a essa construção da maternidade. Giddens (1991) defende que as transformações que ocorrem na intimidade são produto e propulsoras das transformações sociais. Para ele ao lutarem por seus direitos na dimensão privada em temas como sexo, amor, casamento, família, filhos etc, as mulheres provocaram mudanças na esfera pública.

Para o autor a transformação da intimidade na vida cotidiana passa pela construção da identidade como um projeto reflexivo balizado pela possibilidade de escolha dentre as opções fornecidas pelos sistemas abstratos. Assim a transformação na intimidade retroalimenta a transformação social na medida em que

Uma preocupação com a autossatisfação, que não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre os quais os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte

uma apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana. (GIDDENS, 1991, p. 111)

Apresenta assim o conceito de reflexividade que consiste na possibilidade do sujeito examinar e reformar de maneira contínua as práticas sociais. A maternidade, em Giddens(1991), enquanto construção discursiva, tornou-se um aparente bom negócio para as mulheres que asseguram com ela alguma posição localizada de poder: a do lar e da família.

No entanto, as análises fornecidas por Beauvoir desde 1949, já apontavam que a localização do poder feminino, através da maternidade, na esfera doméstica também significava seu apagamento na esfera pública, contribuindo para que esta se transfigurasse em um campo quase exclusivo de atuação masculina.

Beauvoir ressalta que o ser humano “mulher” é organizado pelas práticas sociais que delimitam sua importância cultural e suas atividades através de uma rede discursiva de ordem filosófica, teológica, médica, política, educacional e das tradições. Sobre a ordem teológica nos deteremos um pouco mais adiante. Em seu livro, Beauvoir(2009) se dedica um capítulo exclusivo à maternidade, no qual sua principal preocupação é política, no tocante a discutir a ausência da dimensão da escolha sobre a maternidade. Ela aponta para a hipocrisia social que impede o aborto e não ampara a criança ao nascer e na força coercitiva que interfere na liberdade individual da mulher por decidir ser mãe ou não. No decorrer de mais de 50 anos essas questões ainda são polêmicas pertinentes à realidade da mulher.

Simone de Beauvoir(2009) também expõe o binômio mãe/prostituta como representação social da mulher. Nele coexistem as aproximações da mãe-esposa com a família, o sexo domesticado para o prazer do esposo e a procriação, a moralidade e o lar em oposição direta as da prostituta com a mulher pública, a devassidão, o pecado, o desregramento e o vício elementos latentes do feminino, principalmente segundo o discurso religioso. O binômio que encerra o feminino existe fundado sob a certeza da heterossexualidade e sob as matrizes constitutivas do patriarcalismo. Organizado dessa maneira o ser feminino existe apenas e tão somente quando em relação ao determinante masculino, para satisfazer seu desejo e garantir sua descendência. Eis porquê o vínculo entre essas duas imagens opostas de mulher, para escapar à desvalorização, a mulher pode ser enaltecida com a adesão à maternidade. Beauvoir(2009) desmistifica o desejo pela maternidade e o amor materno como constitutivos do feminino ao evidenciar as relações de poder no campo de discussões político que se instituem a partir desses traços antes tomados como inquestionáveis da função materna.

Esta autora lançou matrizes teóricas sobre a maternidade como uma função social que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade. No contexto conservador do período do pós-guerra, ela lança a dúvida sobre os argumentos em defesa da família e da moral afirmando que esse papel era fundamental na dominação do sexo feminino. Nesse contexto a crítica feminista que se segue subsidia essa análise acrescentando que enquanto as mulheres estivessem presas ao papel reprodutivo as mesmos estaria ausentes dos espaços públicos, algo que legitima e naturaliza a supremacia masculina. Sob diferentes discursos podemos perceber ainda o recrutamento de mulheres para que ocupem essa função de forma irrepreensível de modo a satisfazer um desejo que lhe seja latente, tanto na possibilidade de imperativo reprodutivo como numa essência do sujeito feminino. É diversa a variedade e origem de discursos que reforçam esse corolário, mas

existe um contributo especial advindo do campo religioso e é sobre ele que pretendemos nos debruçar a partir daqui.

“...BENDITA SOIS VÓS ENTRE AS MULHERES,
BENDITO É O FRUTO DO VOSSO VENTRE...”²

O campo do discurso religioso é fundamental para entendermos a existência dos papéis sociais atribuídos ao feminino ao longo da história, especialmente a instituição católica cristã. Esta foi importante promotora da imagem de mãe e da ideia do amor materno que fundamentais nos discursos modernos. O discurso católico se modificou, e a partir do séc. XVI começa a possibilitar a mudança da imagem de Eva para a imagem de Maria como referência identitária para as mulheres. “Eva era aquilo que as mulheres eram, por natureza; Maria, aquilo que as mulheres deveriam ser, por opção” (LIMA,2009,p.115), isto decorreu da necessidade de incluir as mulheres como público essencial para que o catolicismo se sustentasse ao passo que a sociedade laicizava seus matizes.

Como é conhecido por muitos, o livro bíblico do Gênesis, descreve o mito da criação, um mito que ilustra o discurso católico séculos a fio. Nele Eva havia sido criada de uma costela do próprio Adão – primeiro homem – para servi-lo. Essa lógica contribuiu para legitimar a ideia de uma suposta inferioridade natural feminina e sustentou a hierarquia social em que a mulher estava submissa ao homem. Criava-se o pecado original e todas as mulheres a partir dela seriam as “filhas pecadoras de Eva”.

O mito da criação e a trama do pecado original difundiram ao longo dos séculos parte importante das imagens que compõe o simbolismo do que é ser mulher,

pois os argumentos retirados desses textos contribuíram para fundamentar as representações cristã, judaica e muçulmana sobre a diferença dos sexos, tendo alimentado a misoginia, da qual a própria Igreja Católica é herdeira.(LIMA,2009,p.114)

No período medieval, a igreja católica oferece uma saída às filhas de Eva enaltecendo outra imagem como referência feminina: Maria que enquanto antítese da primeira mulher, institui um *novo modelo de mulher* ao qual se reserva os papéis de *mãe, esposa e virgem*.

Trata-se de Maria, figura antitética a Eva, já que negou tudo o que a primeira mulher tinha feito. A mãe de Jesus foi fundamental para a teologia cristã enriquecer o seu discurso, pois, com a sua fé e a sua obediência, trouxe a vida e a salvação ao mundo, ao contrário da sua antepassada, que tinha trazido morte e desgraça para toda a espécie humana. Maria acreditou na Anunciação do Anjo Gabriel, obedeceu e, principalmente, se fez escrava dos desígnios divinos. Ela seria a nova Eva, a anti-Eva: a Ave. Concebendo sem pecado, tornou-se o protótipo idealizado do feminino: destaca-se pela pureza sexual e pela

² Trecho da oração da Ave Maria

maternidade, caminho de remissão às 'filhas de Eva'.(LIMA,2009,p.114)

Esperava-se que uma mulher que não realizasse a castidade, poderia ainda ser redimida através do casamento e da maternidade. Houve ainda outro personagem feminino importante para o discurso católico: Maria Madalena. O personagem que tendo vivido em pecado, encontrou sua redenção através da penitência. Uma personagem mais factível visto que Maria trazia consigo a impossibilidade da sua dupla existência virginal e materna.

Por fim, cabe uma pergunta para compreender essas mudanças imagéticas do feminino para a igreja católica, por que essas mudanças ocorreram?

O crescimento do capitalismo industrial e liberal gerou alterações políticas profundas que teriam marcado um novo período na história, acompanhado da crescente propagação de ideais que, no âmbito do domínio político público, pretendia reduzir a influência do poder religioso (e eclesiástico). Isso, conseqüentemente, fez a Igreja perder parte da relevância político-social que obtivera em épocas anteriores, sobretudo nos períodos medieval e moderno. (LIMA,2009,p.116)

Essa nova sociedade que despontava na Europa no século XIX, tinha tendência liberal-burguesa, anticlerical, e provocou forte *impacto nas relações sociais, nas crenças religiosas e nas práticas culturais*. Difundia-se àquele período a ênfase na liberdade e a prioridade do indivíduo em face da sociedade. Frente à perda de credibilidade e a expansão da laicidade e às críticas de vários segmentos da sociedade a igreja reagiu.

A partir do pontificado de Pio IX (1846), até a Primeira Guerra Mundial, a instituição passou por um processo conhecido como romanização, marcado por uma preocupação maior com as questões de ordem espiritual.(LIMA,2009,p.117)

A igreja católica então promove uma *reforma do clero, objetivando torná-lo mais disciplinado, zeloso e piedoso*, assim como também o crescimento das ordens e das congregações religiosas.

Acontece para a Igreja Católica perder, no século XIX, a função de reguladora das leis para as instituições políticas laicas um movimento que reduziu a religião à esfera da vida privada. Modificam-se sobremaneira o poder e a influência desta Igreja junto à esfera pública. Muitos homens a abandonaram, tornando-se até anticlericais, tal fato provocou a adequação da Igreja que agora recrutaria as mulheres para sua audiência. Começando por minimizar o discurso misógino e por estabelecer novos paradigmas para o feminino no lar. Entende-se agora o lar como o lugar da felicidade feminina.

Características como fragilidade e sensibilidade, atribuídas à natureza feminina, foram valorizadas como positivas e desejáveis. A ideia de sensibilidade passou a ser associada à de sentimentalidade, ou seja, à suposta predisposição natural da mulher em ser mais volúvel no que se referia às questões de ordem emocional e moral. Difundiu-se a crença de que a mulher

teria maior capacidade para apreender e transmitir as virtudes morais da religião.(LIMA,2009,p.119)

A essa passagem a Igreja Católica institui a educação dos corpos no sentido de cultivar a pureza nas jovens mulheres, tornam-se temerosos os encontros sociais mistos, visto que ponham em risco a virgindade feminina. Exige-se a imposição da moral religiosa que promova o afastamento de meninas e meninos e intensifica-se o valor da confissão, mecanismos que “incentivavam” o modelo feminino da perfeição virginal. No século XIX surge a mariologia, promulga-se o dogma da *Imaculada Conceção de Maria* e outras estratégias para aumentar a devoção em Maria e a convicção na sua virgindade, *como também que fora concebida sem pecado*. Maria se configura como exemplo de mãe a ser seguido, idealizado. Assentado no lar, o modelo feminino católico era Maria, mãe divinizada, condutora moral, e a felicidade feminina se funda no casamento e na submissão e obediência ao marido, como sua companheira, recoberta de decoro e dignidade. A dignidade era portanto uma qualidade que se acrescentava à virtude feminina através do casamento. A maternidade sua função social *como prova de uma relação privilegiada das mulheres com Deus*.

A função materna, portanto, se renova no seio do catolicismo como uma questão inegável de gênero, visto que ela subsidia as diferenças sociais percebidas entre os sexos e alimenta as relações de poder que se estabelecem nessas diferenças.

Bourdieu(2002) nos provoca a desconstruir essa naturalização das relações ao afirmar que

[...]o que o discurso mítico professa de maneira, apesar de tudo, bastante ingênua, os ritos de instituição realizam da forma mais insidiosa, sem dúvida, porém mais eficaz simbolicamente. Eles se inscrevem na série de operações de diferenciação visando a destacar em cada agente, homem ou mulher, os signos exteriores mais imediatamente conformes à definição social de sua distinção sexual, ou a estimular as práticas que convém a seu sexo, proibindo ou desencorajando condutas impróprias, sobretudo na relação com o outro sexo. (BOURDIEU,2002,p.34)

Portanto, pensar a questão de gênero nos discursos religiosos é compreender esses discursos como masculinos visto que são prescritivos em sua ação sobre o feminino e atestam que este existe apenas porque em subordinação à medida masculina. E porque diluídos nas relações cotidianas, as quais se intui facilmente uma naturalidade ética,

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte [...]Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. (BOURDIEU,2002,p.44)

Para Bourdieu(2002), o poder simbólico consiste de substância invisível que se exerce a partir da adesão silenciosa daqueles que não querem saber, sendo-lhe sujeitos ou no seu exercício. Decorre daí a legitimação, ou naturalização, do poder pelo outro mesmo a que se dirige.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, aplicar a perspectiva de gênero aos estudos de religião parece fundamental para contribuir com a desconstrução de um discurso dado como natural. Ser mãe no discurso católico o qual conhecemos, sob o qual crescemos e exercemos, algumas de nós, a função materna parece ser uma unanimidade, apenas porque constuma-se reconhecer o que seria uma possibilidade como o inevitável destino da mulher.

É importante que mulheres compreendam que para além daquilo a que se reserva sua individualidade, como os motivos psicológicos, econômicos, sentimentais, a escolha ou recusa, circunstancial ou definitiva da maternidade, está implicada num processo de representação social, imerso numa rede de discursos constitutivos da mulher e materializado por relações de poder.

Discutir esses aspectos possibilita o reconhecimento de que a maternidade ainda é fator social que separa homens e mulheres e legitima a dominação masculina.

Embora ao longo de mais de cinco décadas muito tenha sido discutido sobre a maternidade, ainda há muito o que explorar nesse campo, principalmente quando percebemos que práticas já reconhecidamente relacionadas a atividades de dominação da mulher ainda são recorrentes.

Quando percebemos que uma escolha tão íntima no tocante ao uso e escolhas centradas no corpo ainda passam pelo filtro da moralidade castrante e prescritiva do feminino. Quando constatamos que nem toda a tecnologia reprodutiva já desenvolvida é utilizada para a liberdade de escolha acerca da maternidade, ou foi capaz de ampliar positivamente os debates sobre a discriminação do aborto na maioria dos países.

Podemos concluir que ainda não se investigou e publicizou o suficiente quando mulheres ainda são “obrigadas” a ouvir que o recato e a discrição do seu comportamento público são fatores a serem considerados quando se discute as situações de violência sexual a que mulheres são submetidas.

O esboço de uma resposta possível à pergunta inicial talvez seja a de que “sim, a escolha pela maternidade é um mito”, visto que estamos imersos, homens e mulheres, numa engrenagem androcêntrica de promoção de imagens e discursos sobre o ideal de mulher a qual, silenciosamente, procuramos corresponder. Ao mesmo tempo que compõe-se em alguma possibilidade de fuga, ou desvio, deste imperativo o conjunto hermenêutico da apropriação desse capital simbólico do qual fazemos parte.

Vejo que, mais importante do que responder definitivamente a pergunta capitular, tenha sido as outras perguntas que derivaram da pesquisa e com as quais concluo essa investigação: quais símbolos e descrições compõem, presentemente, a imagem da maternidade, de acordo com homens e mulheres? Em que medida as mulheres discutem o desejo pela maternidade? Existem espaços públicos, afora universidades, em que se fomente essa discussão?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉIA. Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. MOREIRA, R. L. C. A. & RASERA, E. F. (2010). *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 529-537. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a13.pdf>> Acesso em 09 mar. 2014

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet, 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner, 2ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker, São Paulo: Editora UNESP, 1991.

LIMA, Raquel dos Santos Sousa; TEIXEIRA, Igor Salomão. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. **HORIZONTE**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 113-126, mai. 2009. ISSN 2175-5841. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/442>>. Acesso em: 12 Mar. 2014. doi:10.5752/442.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 mar. 2014.